



SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO N° DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento das seguintes proposições:

- PEC 2/2016
- SCD 7/2017
- SUG 39/2018
- PLS 2/2018
- PLS 8/2018
- PLS 68/2018
- PLS 180/2018
- PLS 192/2018
- PLS 385/2018
- PL 2903/2019
- PL 1991/2020
- PL 4482/2021
- PL 4603/2021
- PLP 196/2021

**JUSTIFICAÇÃO**

Entendemos relevante, em razão da inauguração da 57ª legislatura, o desarquivamento das seguintes proposições, com vistas a continuidade de sua tramitação no Senado Federal:

SF/23594.16644-09 (LexEdit)



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7500058314>

1. Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2016, que “altera o art. 6º da Constituição da República, para incluir, dentre os direitos sociais, o direito ao saneamento básico.”
2. Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2017, ao Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2003, que “torna obrigatória a conformidade com as normas da ABNT das armações para óculos, óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato.
3. Sugestão nº 39, de 2018, que “Institui no ambiente escolar a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
4. Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2018, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei Complementar nº 29, de 7 de janeiro de 1994, e revoga dispositivos da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar ao Fundo Nacional de Saúde o produto do perdimento de bens e valores em decorrência de condenação por crime contra a Administração Pública ou tráfico ilícito de drogas”.
5. Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2018, que “altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar o seu art. 18, que dispõe sobre as condições para o registro de medicamentos e insumos farmacêuticos de procedência estrangeira”.
6. Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2018, que “altera a Lei nº 9.431, de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País, para dispor sobre a admissão de animais



no ambiente hospitalar com a finalidade de participação em práticas terapêuticas complementares”.

7. Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2018, que “Dispõe sobre a implementação do Portal da Transparência da Saúde”.
8. Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2018, que “altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, com o objetivo de assegurar celeridade na realização de procedimentos indicados no âmbito do Sistema Único de Saúde”.
9. Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2018, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a atenção à saúde da criança com malformação congênita e, especificamente, com fissura labiopalatal”.
10. Projeto de Lei nº 2.903, de 2019, que “dispõe sobre normas de regulação do setor de órteses, próteses e demais materiais implantáveis; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar o fornecimento de informações econômicas para fins de composição dos preços; e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para determinar a substituição gratuita dos produtos implantados, nos casos que especifica.”
11. Projeto de Lei nº 1991, de 2020, que “altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para dispor sobre a assistência aos beneficiários de planos privados de saúde nas emergências em saúde pública de importância nacional ou internacional.”



12. Projeto de Lei nº 4482, de 2021, que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para impor as penalidades de multa, cassação do direito de dirigir e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir, bem como determinar a realização de exames como condição para que o condutor volte a dirigir, nos casos de cometimento dos crimes que menciona”.
13. Projeto de Lei nº 4.603, de 2021, que “altera a Lei nº 12.305, de 2 agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incentivar a recuperação energética dos resíduos sólidos como forma destinação e disposição ambientalmente adequada de resíduos sólidos e de rejeitos”.
14. Projeto de Lei Complementar nº 196, de 2021, que “aperfeiçoamento do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com o objetivo de incluir os atos de prorrogação de renúncias fiscais no âmbito dos procedimentos de controle previstos na Lei”.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2023.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7500058314>